

STJ00096953

Hugo Nigro Mazzilli

Professor Emérito da Escola Superior do
Ministério Público de São Paulo

O ACESSO À JUSTIÇA E O
MINISTÉRIO PÚBLICO

6ª edição

Revista, ampliada e atualizada

2013

 **Editora
Saraiva**



Rua Henrique Schaumann, 270, Cerqueira César — São Paulo — SP
CEP 05413-909

PABX: (11) 3613 3000

SACIUR: 0800 055 7688

De 2ª a 6ª, das 8:30 às 19:30

saraivajur@editorasaraiva.com.br

Acesse: www.editorasaraiva.com.br/direito

FILIAIS

AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE

Rua Costa Azevedo, 56 — Centro

Fone: (92) 3633-4227 — Fax: (92) 3633-4782 — Manaus

BAHIA/SERGIPE

Rua Agripino Dória, 23 — Bratos

Fone: (71) 3381-5854 / 3381-5895

Fax: (71) 3381-0959 — Salvador

BAURUR (SÃO PAULO)

Rua Monsenhor Claro, 2-55/2-57 — Centro

Fone: (14) 3234-5643 — Fax: (14) 3234-7401 — Baurur

CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO

Av. Filomeno Gomes, 670 — Jacarecanga

Fone: (85) 3238-2323 / 3238-1384

Fax: (85) 3238-1331 — Fortaleza

DISTRITO FEDERAL

SIA/SUL Trecho 2 Lote 850 — Setor de Indústria e Abastecimento

Fone: (61) 3344-2920 / 3344-2951

Fax: (61) 3344-1709 — Brasília

GOIÁS/TOCANTINS

Av. Independência, 5330 — Setor Aeroporto

Fone: (62) 3225-2882 / 3212-2806

Fax: (62) 3224-3016 — Goiânia

MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO

Rua 14 de Julho, 3148 — Centro

Fone: (67) 3382-3682 — Fax: (67) 3382-0112 — Campo Grande

MINAS GERAIS

Rua Além Paraíba, 449 — Lagoinha

Fone: (31) 3429-8300 — Fax: (31) 3429-8310 — Belo Horizonte

PARÁ/AMAPÁ

Travessa Aginagés, 186 — Batista Campos

Fone: (91) 3222-9034 / 3224-9038

Fax: (91) 3241-0499 — Belém

PARANÁ/SANTA CATARINA

Rua Conselheiro Laurindo, 2895 — Prado Velho

Fone/Fax: (41) 3332-4894 — Curitiba

PERNAMBUCO/PARAÍBA/R. G. DO NORTE/ALAGOAS

Rua Corredor do Bispo, 185 — Boa Vista

Fone: (81) 3421-4246 — Fax: (81) 3421-4510 — Recife

RIBEIRÃO PRETO (SÃO PAULO)

Av. Francisco Junqueira, 1255 — Centro

Fone: (16) 3610-5843 — Fax: (16) 3610-8284 — Ribeirão Preto

RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO

Rua Visconde de Santa Isabel, 113 a 119 — Vila Isabel

Fone: (21) 2577-9494 — Fax: (21) 2577-8867 / 2577-9565

Rio de Janeiro

RIO GRANDE DO SUL

Av. A. J. Renner, 231 — Farrapos

Fone/Fax: (51) 3371-4001 / 3371-1467 / 3371-1567

Porto Alegre

SÃO PAULO

Av. Antártica, 92 — Barra Funda

Fone: PABX (11) 3616-3666 — São Paulo

ISBN 978-85-02-21174-2

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mazzilli, Hugo Nigro

O acesso à justiça e o Ministério Público / Hugo Nigro
Mazzilli. — 6. ed. rev. ampl. e atual. — São Paulo :
Saraiva, 2013.

1. Acesso à justiça 2. Ministério Público - Brasil

I. Título.

13-08386

CDU-347.9:347.963(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil : Acesso à justiça : Ministério Público :

Direito processual

347.9:347.963(81)

Produção gráfica Marli Rampim

Impressão Assahi Gráfica

Acabamento Assahi Gráfica

Data de fechamento da edição: 5-8-2013

Dúvidas?

Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Editora Saraiva.
A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo artigo 184 do Código Penal.

102.187.006.001

962428

ÍNDICE SISTEMÁTICO

<i>Trabalhos publicados</i>	5
<i>Breve currículo do autor</i>	11
<i>Nota à 6ª edição</i>	15
<i>Apresentação</i>	19
<i>Siglas e abreviaturas</i>	21

CAPÍTULO 1

MINISTÉRIO PÚBLICO

E JUSTIÇA

1. A jurisdição	31
2. O Ministério Público e a pacificação social.....	37
3. O Ministério Público e a jurisdição.....	39
4. O ofício de Ministério Público	44
5. O Ministério Público como defensor do povo	48
6. A promoção da ação penal pública	48

7. A promoção da ação civil pública	49
8. A defesa dos interesses das populações indígenas	53
9. A defesa das pessoas necessitadas	54
10. O Ministério Público e as pequenas causas	55
11. O Ministério Público e a assistência judiciária.....	58
12. O aprimoramento do Judiciário	58
13. Conclusão.....	64

CAPÍTULO 2

MINISTÉRIO PÚBLICO

E DEMOCRACIA

1. Origens da norma constitucional	67
2. Colocações preliminares	76
3. A democracia e seus problemas.....	77
4. Um Ministério Público democrático	81
5. O papel do Ministério Público.....	84
6. Ministério Público e cidadania	92

CAPÍTULO 3

O ATENDIMENTO AO PÚBLICO

1. Visão geral	98
2. Origem da função	99
3. O direito de petição.....	100
4. Litigiosidade contida	102
5. O atendimento ao público como função institucional.....	103

6. Atipicidade da representação	105
7. O atendimento ao público como função típica	108
8. O primeiro contato com o atendido.....	109
9. Hipóteses mais frequentes de atendimento	110
10. Instalação do promotor na comarca.....	112
11. Divulgação no atendimento	113
12. Recomendações institucionais.....	114
13. Disciplina no atendimento	116
14. Dificuldades no atendimento	123
15. Outras recomendações.....	124
16. Aspectos psicológicos	125
17. Infraestrutura.....	126
18. Crítica da função.....	129
a) Generalidades.....	129
b) Desinteresse no atendimento	131
c) O atendimento nos grandes centros	132
d) Criação de Promotorias especializadas	133
e) Proteção ao hipossuficiente	138
19. O atendimento ao público feito pelo promotor.....	140
20. O atendimento como arte	140
21. A tese apresentada ao XII Seminário Jurídico	142
22. O <i>ombudsman</i> e o defensor do povo	143
23. Recomendações específicas no atendimento	148
a) Memorandos e ofícios	148
b) Reclamação contra autoridades e advogados.....	150
c) Relacionamento com outras autoridades	151
d) Entrevistas à imprensa	152
e) Providências urgentes	158
f) Presença do advogado.....	159
g) Fogo-de-encontro.....	161
h) Tomada de declarações e depoimentos.....	162

i) Casos de aborto.....	163
j) Atenção no atendimento	164
l) Doentes mentais.....	165
m) Brigas de políticos e vizinhos.....	166
n) Passes de viagem	166
o) Alvarás judiciais	166
p) Processos nos tribunais.....	167
q) Depósitos judiciais	167
r) Intercâmbio entre promotores e entre Ministérios Públicos diversos.....	169
s) Questões alheias ao Ministério Público	170
t) Suspeição e impedimento.....	172

CAPÍTULO 4

ANÁLISE CRÍTICA

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

1. A destinação institucional.....	177
2. O aspecto profissional	179
3. A formação acadêmica	180
4. O concurso de ingresso.....	182
5. O primeiro contato com a carreira.....	187
6. As garantias.....	195
7. Garantias nas atividades-meio	199
a) Autonomia administrativa	199
b) Autonomia financeira	199
c) Iniciativa de lei.....	200
8. Garantias nas atividades-fim	200
9. Garantias dos órgãos e agentes	201
a) Independência funcional.....	201
b) Irredutibilidade de subsídios	204

c) Vitaliciedade	207
d) Inamovibilidade	208
e) Os poderes e a escolha do procurador-geral	209
f) O promotor natural.....	217
g) Vedação de promotor <i>ad hoc</i>	221
h) A responsabilidade do membro do Ministério Público...	224
10. Os impedimentos e as vedações.....	226
11. Crítica ao sistema de garantias	231
12. A independência real do Ministério Público	233
13. O Conselho Nacional do Ministério Público	238
14. As Promotorias de Justiça	240
15. As Procuradorias de Justiça	244
16. Conclusão.....	246
<i>Bibliografia específica</i>	249
<i>Índice alfabético-remissivo</i>	261